

# Justiça em

Edição 73  
Ano XIII - outubro - 2019



# REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

## AÇÕES SUSTENTÁVEIS

e os impactos sociais para os que vivem da reciclagem



### NESTA EDIÇÃO

Justiça Restaurativa  
Mineração de Processos  
Novo crachá

Arte na Magistratura  
Polo Regional III  
Vício em redes sociais

# CORAGEM PARA INOVAR

A Diretoria do Foro e o conjunto da Administração Central estão aprimorando os seus instrumentos de gestão e buscando soluções para enfrentar as restrições orçamentárias que impactarão com intensidade a Justiça Federal a partir de 2020, em razão das limitações decorrentes das disposições da Emenda Constitucional nº 95/2016.

Apesar das restrições impostas, o orçamento de 2020 espelhará um conjunto de medidas que estão sendo tomadas com muito critério e que irão permitir o funcionamento dos nossos serviços com o padrão de qualidade que sempre norteou a atuação da Justiça Federal.

Mas é preciso ir além. Se observarmos a crise atentamente e com olhar estratégico, nela poderemos enxergar oportunidades de inovação que, se implementadas, podem nos levar a padrões mundiais de governança e proporcionar um ambiente favorável a que magistrados e servidores, nosso maior patrimônio, tenham oportunidades para desenvolver seus talentos.

Com esse olhar, no exato momento em que comemoramos o segundo aniversário do Laboratório de Inovação da Justiça Federal – iJusLab, gostaríamos de chamar a atenção para a necessária mudança de nossa cultura organizacional. Esse importante instrumento de gestão, que tem inspirado inúmeros órgãos do Poder Judiciário, inclusive o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, está auxiliando a construir um novo olhar sobre as nossas formas de trabalho. Por isso não deveríamos deixar de celebrar com entusiasmo o primeiro Festival de Inovação Aberta, com a apresentação de soluções de startups e lawtechs, palestras sobre inovação e o lança-

mento do livro “Inovação no Judiciário”, que conta um pouco do pioneirismo do primeiro laboratório de inovação do Poder Judiciário.

Por meio de ações inovadoras e colaborativas, foram criadas métricas para avaliação de gastos, revistos os fluxos de contratações para dar maior dinamismo e eficácia aos contratos da instituição, revisados os valores de aluguéis, além do remanejamento de Fóruns para a economia com despesas de custeio.

Na área-fim, recentemente, o Conselho da Justiça Federal da 3ª Região aprovou o projeto “Rede de Apoio ao Processamento Judicial Eletrônico”, também gestado no iJusLab, batizando-o de “Programa e-Vara”. Trata-se, como apontado no voto da nossa presidente, desembargadora Therezinha Cazerta, da resposta organizacional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região às mudanças decorrentes da implantação do processo judicial eletrônico – PJe. Em fevereiro de 2020, terá início o funcionamento do projeto-piloto, na voluntária Subseção de Santos, e que esperamos seja exitoso em termos de resultados e progressivamente implantado em outras subseções voluntárias com elevado grau de virtualização.

Em uma parceria bem sucedida com o CNJ e o TRF3, foi implantado no mês de agosto, em toda a Seção Judiciária, o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), que permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro em todo o território nacional. A Justiça Federal da 3ª Região tornou-se a primeira das cinco regiões do país a alcançar 100% de implantação do sistema, o que é motivo de orgulho

para todos nós.

Após muitos anos utilizando o mesmo modelo de crachá, a Administração Central conseguiu adquirir o modelo padronizado pelo CJF, que, além de possuir visual mais moderno, permitirá ativar impressões em qualquer máquina que estiver dentro da rede da JFSP. Nesta edição, há uma matéria que explica todas as funcionalidades do novo crachá e a importância de seu uso para o incremento da segurança.

Aliás, segurança foi o tema central da última reunião do Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora – Congip, na qual foram apresentadas importantes medidas de incremento da estrutura de segurança implementadas nos últimos anos, além de seus membros discutirem e opinarem sobre ações necessárias de elevação do rigor nos nossos procedimentos, alguns inclusive objeto do Comunicado DFORSP/SUGA Nº 11/2019. Com esse espírito, convidamos todos à reflexão e à ação inovadora, como forma de enfrentar os enormes desafios do nosso cotidiano.

No mais, nesta edição, a matéria de capa traz o impacto social que as ações de sustentabilidade causam em grupos que vivem da separação de resíduos, mostrando que preservar o planeta também pode mudar a vida de muitas pessoas. Destacamos ainda as matérias sobre a Justiça Restaurativa, mineração de processos e os efeitos das mídias sociais sobre a nossa saúde mental.

Boa Leitura a todos!

Luciana Ortiz Zanoni  
Caio Moysés de Lima  
Décio Gabriel Gimenez



Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni  
**Juíza Federal Diretora do Foro**

Caio Moysés de Lima  
**Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (capital)**

Décio Gabriel Gimenez  
**Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (interior)**

Maria Helena de Almeida Santos  
**Diretora da Secretaria Administrativa**

**Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação**  
Gisele Molinari Fessore (diretora)

**Núcleo de Comunicação Social**  
Hélio Martins Júnior (diretor)

**Seção de Multimídia e Audiovisual**  
Javã de Carvalho (supervisor)  
Edson Nagase  
Mariana Galluzzi de Sá

**Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa**  
Ricardo Acedo Nabarro (supervisor)  
Jefferson Messias  
Sergio Ricardo Quaranta  
Lídia Oliveira Esteves (estagiária)

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br  
Telefones: (11) 2172-6175/6174  
Leia esta e outras edições em:  
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

# JUSTIÇA PUNITIVA X JUSTIÇA RESTAURATIVA

Um novo enfoque sobre a pacificação das relações conflituosas que chegam ao Poder Judiciário começa a tomar forma. Em funcionamento há cerca de 10 anos no Brasil, a prática da Justiça Restaurativa tem se expandido pelo país. Conhecida como uma técnica de solução de conflitos que prima pela criatividade e sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores, a prática tem iniciativas cada vez mais diversificadas e já coleciona resultados positivos. Em muitos casos, elas alcançam a pacificação das relações sociais de forma mais efetiva do que uma decisão judicial.

Durante todo o mês de agosto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fez uma consulta pública de avaliação sobre o documento “Planejamento da Política Nacional de Justiça Restaurativa para o Poder Judiciário”, com o objetivo de coletar sugestões da sociedade para a construção de uma política nacional voltada à questão. O documento resume as proposições que foram discutidas num comitê gestor para a formulação das diretrizes a serem adotadas. O seu conteúdo pode ser acessado em <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/justica-restaurativa>.

## Iniciativas na Justiça Federal

Os juízes federais Katia Herminia Martins Lazarano Roncada e Fernão Pompeo de Camargo falaram sobre como a Justiça Federal de São Paulo promove ações de incentivo à Justiça Restaurativa. “Atuamos de várias formas com a adoção de medidas que visam a consolidação do projeto em nossa região, notadamente pela Diretoria do Foro, com o apoio essencial do Gabinete da Conciliação do TRF3, da Escola de Magistrados (EMAG) e do Núcleo da Escola de Servidores (NUES)”, afirmam.

Dois cursos para apresentação do tema, um no Laboratório de Inovação e outro na EMAG, já foram realizados. O NUES, em parceria com o Tribunal de

Justiça de São Paulo, também tem previsão de formar facilitadores em Justiça Restaurativa, curso esse de extrema importância, pois capacitará magistrados e servidores na aplicação prática da política pública de Justiça Restaurativa. “É recomendável um conhecimento interdisciplinar a respeito do ideal de Justiça, fazendo pontes com áreas afins como antropologia, filosofia, sociologia, psicologia, segurança pública, saúde, assistência social”, afirmam os juízes.

Katia Herminia e Fernão Pompeo ressaltam que “a Justiça Restaurativa não é uma metodologia, mas um conjunto de princípios e práticas que permite criar espaços de diálogo entre os atores de uma comunidade ou as pessoas envolvidas direta ou indiretamente em um conflito, no intuito de construção coletiva de assunção de responsabilidades, restaurando relações e sedimentando a cultura de paz no seio da sociedade”.

Segundo os magistrados, existem inúmeras possibilidades de dirimir conflitos sem que seja necessária a utilização de métodos geradores de mais dor e conflitos. “A Justiça Restaurativa busca ressignificar o fenômeno da violência. Não se trata apenas de uma técnica de solução pacífica de conflitos, mas sim uma política pública de transformação social. Cabe frisar, entretanto, que não se trata de eximir de responsabilidade aquele que pratica um dano, mas sim da busca da responsabilização consciente, onde as necessidades da vítima também são objeto de cuidado e interesse”.



Katia Herminia e Fernão Pompeo acreditam que a Justiça Restaurativa traz um novo olhar sobre a forma de julgar. “É um novo padrão de consciência que chega para contribuir com a atuação jurisdicional e com o modelo vigente de julgamento dos conflitos individuais e coletivos. Trata-se de uma justiça valorativa-relacional, que inova em relação ao sistema legalista-punitivista”.

Para os juízes, a Justiça Restaurativa busca uma responsabilidade compartilhada entre todos os envolvidos. “Vai além da solução pacífica do conflito, pois, busca entender o conflito e suas variadas consequências. Atua com especial atenção na causa geradora da conduta danosa, inclusive preventivamente, sem deixar de cuidar dos efeitos dela decorrentes”.

Ao serem perguntados se acreditam que os juízes estão preparados para essa mudança, afirmaram: “precisamos aprofundar o contato com esse princípio e com os seus muitos benefícios voltados à pacificação social, em uma verdadeira jornada de exploração de nossas potencialidades. Estamos envolvidos com esse propósito e precisamos, portanto, estar atentos às inovações que chegam para nos auxiliar nessa missão”. ■

# ACONTECEU – AGOSTO/SETEMBRO



**LIODS** - O iJusLab sediou, nos dias 5 e 7/8, dois eventos que debateram iniciativas do Judiciário para o alcance dos objetivos da agenda 2030 da ONU. 



**INOVAÇÃO** – No mês de agosto, servidores da JFSP participaram do Encontro Internacional de Inovação em Governo, promovido pela prefeitura de São Paulo.



**VISITA** - Entre os dias 21 e 23/8, uma delegação de Moçambique realizou visita técnica à Cepema e a instituições parceiras que receberam recursos para projetos sociais. 



**ENCONTRO** – Desembargadores e juízes da 3ª Região participaram do 1º Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário, promovido pelo CNJ.



**CONIP** – Juízes e servidores que integram a equipe de Gestão de Dados participaram nos dias 28 e 29/8 do 14º Congresso de Inovação no Poder Judiciário (Conip), em Brasília.



**FONAGE** - Entre os dias 2 e 4/9, desembargadores, juízes e servidores participaram do Fórum Nacional de Administração e Gestão Estratégica (Fonage), em Vitória/ES.



**PRÊMIO** - A JFSP ganhou o primeiro lugar em duas categorias do IV Prêmio Ajuze Boas Práticas de Gestão. Os prêmios foram entregues no dia 2/9, durante o Fonage.



Este ícone indica que a matéria possui um vídeo na Internet.



**ENCONTRO** – Aconteceu em 6/9, no auditório do JEF/SP, o “Encontro de Diretores de Varas e Juizados 2019”. 📹



**OFICINA** – No dia 9/9 o Centro Local de Inteligência (Clisp) realizou uma oficina para debater a necessidade da interdição de pessoas para o recebimento de benefício assistencial e previdenciário. 📹



**BRIGADA** – No mês de setembro teve início uma série de treinamentos para grupos de brigadistas da capital.



**SEMINÁRIO** – Foi realizado em 13/9 o “Seminário PCC e Máfias Italianas”, no auditório do Fórum de Ribeirão Preto.



**FESTIVAL** – Aconteceu em 27/9, na capital, o “Festival de Inovação no Judiciário”, que contou com palestras, apresentação de projetos e o lançamento do livro sobre o Laboratório de Inovação (iJuspLab). 📹



**CEPEMA** – Representantes da Cepema e do Hospital das Clínicas de São Paulo reuniram-se no dia 11/9 para avaliar a parceria firmada em 2018. Nos dias 18 e 20/9, a Central firmou novos convênios com a USP e com o Fundo Social de São Paulo (foto) para o encaminhamento de prestadores de serviços à comunidade. 📹



**SEEU** - O Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado (SEEU) foi totalmente implantado no âmbito da 3ª Região no mês de setembro.



**MINICONF** – Foi realizada em 26/9 a 5ª Miniconferência do iJuspLab, que tratou do tema “LabJus: Inovação e Produtividade no Judiciário”. 📹

# DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no ícone correspondente. 🌐

**16/09 - JUSTIÇA REJEITA DENÚNCIA CONTRA LULA E OUTRAS QUATRO PESSOAS** - A 7ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP rejeitou a denúncia apresentada pelo MPF contra o ex-presidente Lula e seu irmão, José Ferreira da Silva (Frei Chico), acusados de corrupção passiva. A denúncia também foi rejeitada em relação a outros três executivos da Odebrecht, por suposta prática de corrupção ativa. 🌐

**16/09 – IPHAN TERÁ DE CONCLUIR TOMBAMENTO DA TECELAGEM PARAHYBA** - A 3ª Vara Federal em S.J. dos Campos condenou o IPHAN a concluir o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Tecelagem Parahyba, que tramitava há mais de 23 anos. O órgão terá de apresentar em 30 dias cronograma de trabalho e execução sob pena de aplicação de multa. 🌐

**28/08 - EX-GERENTE DA CAIXA É CONDENADA POR SUBTRAÇÃO DE DINHEIRO PÚBLICO** - Uma ex-gerente da Caixa Econômica Federal e uma mulher que se passava por consultora financeira foram condenadas pelo crime de improbidade administrativa, por terem subtraído dinheiro público através de contratos de empréstimo bancário irregulares. 🌐

**26/08 - TOMBAMENTO DE IGREJAS NO LARGO SÃO FRANCISCO DEVE SER CONCLUÍDO** - Em audiência de conciliação, o IPHAN se comprometeu a concluir o processo administrativo de tombamento, que visa à proteção da Igreja de São Francisco (Ordem Terceira) e da Igreja da Ordem Primeira, ambas localizadas no Largo São Francisco, em até 12 meses. 🌐

**22/08 - PRISÕES E APREENSÕES SÃO DECRETADAS POR FRAUDE EM CONTRATOS DA CODESP** - Foi decretada a prisão temporária de vinte e uma pessoas investigadas na “Operação Círculo Vicioso”, acusadas de cometerem irregularidades em contratos celebrados pela Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp, que administra o Porto de Santos. 🌐

🌐 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

**16/08 - INCRA APRESENTA PROJETO PARA RECUPERAÇÃO DA BARRAGEM EM IARAS/SP** - O INCRA apresentou no dia 16/8, em audiência na 1ª Vara Federal de Avaré/SP, um projeto de recuperação emergencial da barragem “Lagoa Rica”, localizada no assentamento Zumbi dos Palmares, em Iaras/SP, prevendo um prazo de 90 a 120 dias para a execução das obras. 🌐

**16/08 - EXIGÊNCIA DE EXAME PAPANICOLAU EM CONCURSO DO INSS É ILEGAL** - A 9ª Vara Federal Cível de São Paulo decidiu, no dia 15/8, pela ilegalidade da exigência de exames de citologia oncológica (papanicolau) e coloscopia para candidatas aprovadas em concurso de analista e técnico de seguro social, realizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). 🌐

**16/08 - DETERMINADO O RECOLHIMENTO DO PASSAPORTE DIPLOMÁTICO DE LÍDER RELIGIOSO** - A 8ª Vara Cível Federal de São Paulo/SP determinou ao Ministério das Relações Exteriores que recolha, em até cinco dias, os passaportes diplomáticos concedidos ao líder da Igreja Mundial do Poder de Deus, Valdemiro Santiago de Oliveira e a sua esposa, Franciléia de Castro Gomes de Oliveira. 🌐

**14/08 - JÚRI CONDENA RÉUS ACUSADOS DE ASSASSINAR POLICIAL FEDERAL EM BOCAINA/SP** - O Tribunal do Júri condenou os cinco réus acusados de homicídio qualificado contra um policial federal em 2013 e por tentativa de homicídio contra outro agente, durante uma operação de combate ao tráfico internacional de drogas na zona rural de Bocaina/SP. 🌐

**14/08 - AÇÃO PARA INVALIDAR COBRANÇA NA CONTA DE LUZ É JULGADA IMPROCEDENTE** - Na ação, três shoppings alegaram que a CDE foi instituída pela Lei Federal nº 10.438/02 em razão da crise energética que levou ao racionamento nos anos 2001 e 2002, e que posteriormente houve um incremento das finalidades para os quais os valores foram arrecadados. 🌐

**12/08 - RECEBIDA DENÚNCIA CONTRA ACUSADOS POR CORRUPÇÃO EM LICITAÇÕES DO METRÔ** - A 3ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP recebeu, no dia 9/8, denúncia contra 14 pessoas envolvidas em supostas práticas ilícitas de corrupção passiva e ativa, entre os anos de 2004 e 2014, no contexto das obras das Linhas 2 (Verde), 5 (Lilás) e 6 (Laranja) do Metrô de São Paulo/SP. 🌐

**12/08 - EX-FUNCIONÁRIA DE AGÊNCIA PUBLICITÁRIA É PRESA EM SÃO PAULO** - A Uma ex-funcionária da empresa Fischer - América Comunicação Total, (conhecida como Dora Zanin), foi presa no dia 8/8, em São Paulo/SP, após estar foragida por quase três anos devido a uma condenação por denunciação caluniosa praticada contra representantes da agência publicitária. 🌐

**02/08 - SUBSEÇÃO DE JALES REALIZA REPASSE PECUNIÁRIO À ASSOCIAÇÃO DE JUDÔ** - A 1ª Vara Federal em Jales/SP realizou repasse no valor de R\$ 42.975,00 à Associação de Judô Jalesense, como decorrência do controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária, em cumprimento à Resolução CJF n.º 295/2014. 🌐

**02/08 – JUSTIÇA RECEBE DENÚNCIA CONTRA VEREADOR E EX-VEREADORA DE JACARÉI** - O juiz federal André Augusto Giordani, da 1ª Vara Federal de São José dos Campos/SP, recebeu, no dia 28/6, denúncia contra o vereador Fernando Cesar Ramos, a ex-vereadora Roseli Gaspar e uma servidora do departamento de Recursos Humanos do Legislativo de Jacaréi/SP, por suposta prática do uso de documento falso perante a Caixa Econômica Federal. 🌐



# MINERAÇÃO DE PROCESSOS

A mineração de processos é uma disciplina que nasceu da chamada “mineração de dados” - conceito mais amplo que busca extrair informações úteis de um volume grande e aparentemente caótico de dados. A mineração de processos tem o mesmo objetivo, mas está voltada especificamente para processos, ou seja, qualquer conjunto coordenado de atos praticados com vistas à produção de algum resultado.

“Essas ferramentas permitem descobrir gargalos, identificar inconformidades e analisar o desempenho das atividades. A mineração de processos vem sendo adotada por uma ampla gama de organizações, tais como hospitais, bancos, seguradoras, empresas de telecomunicações e instituições públicas”, afirma o servidor Raphael D’Castro, diretor de sistemas do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

No Judiciário, esse recurso tem sido cada vez mais utilizado, especialmente após a implantação do processo judicial eletrônico (PJe). Raphael D’Castro explica que o sistema do PJe possui um fluxo de atividades que registra todos os detalhes do que acontece na ação judicial. Esses registros são conhecidos como *logs*. “A mineração de processos captura estes dados e os organiza de forma a mostrar cada fase de um processo, do início ao fim. Essas ferramentas reúnem os caminhos percorridos, permitindo assim observar a contribuição de cada etapa no resultado final”, esclarece.

Outro ponto importante é que a obtenção e o gerenciamento desses dados podem auxiliar na gestão estratégica dos Tribunais. “Utilizando ferramentas adequadas, podemos identificar onde estão as oportunidades de melhoria, assim como mensurar os efeitos das mudanças promovidas. Além disso, podemos aumentar a produtividade através da eliminação de etapas desnecessárias, identificar e tratar desvios nos fluxos existentes



e reduzir custos operacionais”, resume Raphael.

O juiz federal Caio Moysés de Lima, vice-diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo (capital), destaca que, “ao contrário das ferramentas usuais de estatística utilizadas no Poder Judiciário, em que se trabalha com retratos estáticos que refletem a situação das varas em um determinado momento, as técnicas e ferramentas da mineração de processos permitem visualizar esses dados dinamicamente, ao longo de qualquer período de tempo que se queira”.

O magistrado explica que esse recurso também é útil para o trabalho dos Centros Locais de Inteligência da Justiça Federal. “A mineração de processos pode servir como um instrumento a mais para ajudar na identificação de demandas repetitivas, propor soluções para conter o excesso de litigiosidade e estimar o custo econômico do processo”, argumenta.

## Curso na JFSP

Entre os dias 13 e 15/8, Raphael D’Castro ministrou o curso “Mineração de Processos” para um grupo de magistrados e servidores da JFSP (foto). O convite foi feito pelo juiz Caio Moysés de Lima. Na ocasião, o diretor de sistemas do TJPE apresentou o conceito sobre mineração de processos, os elementos do BPM (Business Process Management), os *logs* de sistemas (banco de dados) e as ferramentas disponíveis.

A ideia do curso foi trazer para a 3ª Região um especialista que pudesse mostrar como a mineração de processos ajuda na melhoria dos serviços administrativos e judiciários. “O curso foi muito além das expectativas. O professor Raphael D’Castro é um verdadeiro *expert* na matéria e conseguiu nos mostrar em apenas três dias as principais ferramentas e como utilizá-las para analisar a tramitação de processos no PJe”, afirmou o magistrado. ■

## Projeto “ELIS”

O TJPE desenvolveu um sistema batizado de “ELIS”, que emprega inteligência artificial para analisar e dar maior celeridade à tramitação das ações de execução fiscal. “A primeira etapa do projeto consistiu na identificação dos principais gargalos desses processos. Com as técnicas de mineração foi possível, além de identificar esses gargalos, estimar o benefício da automação de atividades críticas”, explicou Raphael D’Castro.

# A FACE SOCIAL DA RECICLAGEM

A Justiça Federal de São Paulo monitora a geração de resíduos e busca destiná-los de forma correta, preservando o meio ambiente. Para atingir esse objetivo é fundamental o trabalho de parceria com instituições e cooperativas que utilizam o material reciclável como fonte de renda.

Na cidade de São Paulo existem acordos de cooperação mútua com a Coopermiti, que lida com resíduos eletrônicos, e com a Cooperleste, cooperativa de materiais recicláveis situada no bairro de São Mateus, zona leste. Essa cooperativa é a responsável, desde 2014, pela retirada de resíduos como papelão, plástico, metal e vidro, atendendo a um cronograma específico e previamente acertado com as áreas administrativas JFSP. No mês de agosto, por exemplo, os resíduos coletados totalizaram 32 toneladas, sendo nove somente de resíduos de papel.

Quem coordena esse trabalho é



o Sr. Domingos Pereira de Araújo (foto), um ex-trabalhador do garimpo, no estado do Pará, que atua como reciclador desde 2006. “Hoje, o meu ouro eu

garimpo no lixo e o meu maior tesouro é a consciência que adquiri sobre a importância desse trabalho para o meio ambiente”, declarou. Atualmente, a cooperativa conta com 76 membros que fazem da atividade de coleta, separação e venda de recicláveis, o meio de sustento próprio e de suas famílias.

Após a coleta em uma das unidades da JFSP, os sacos com os resíduos que chegam à Cooperleste são colocados próximos às esteiras de separação e ali aguardam o próximo turno de trabalho. Aproximadamente 18 cooperados por vez fazem a triagem definitiva dos materiais, que depois de separados são colocados em fardos, de acordo com o tipo de resíduo.

Os resíduos triados são vendidos para empresas recicladoras e os valores auferidos se transformam em recursos financeiros que formam a remuneração dos cooperados. “No caso específico dos papéis coletados, esses vão direto para transformação em aparas e posterior venda às usinas de reciclagem. Os resíduos inservíveis que estavam misturados são encaminhados à prefeitura para destinação a aterros sanitários”, explica Domingos Pereira.

A rotina dos recicladores não é fácil e a característica do trabalho exige boa resistência física. Na Cooperleste a jornada é de 8 horas. Alguns cooperados trabalham no turno da manhã, das 6h às 14h, outros das 14h às 22h. “Nossos cooperados são pessoas simples. Muitos deles não têm condições de trazer um lanche, por isso procuramos fornecer um café em cada turno”, explica Domingos Pereira. Segundo ele, essa alimentação acaba sendo fundamental para que os trabalhadores tenham energia e possam imprimir um bom ritmo de trabalho.

## Família Reunida

A cooperada Nilzete Almeida Silva atua na Cooperleste desde 2014. Aos poucos se juntaram a ela na reciclagem as filhas Carla e Fernanda. Já a sua filha Ana trabalha no escritório da Cooperleste. “É do trabalho com a reciclagem que está saindo o nosso rendimento. Não é algo fixo, mas na média, tiramos em torno de um salário mínimo por pessoa”, explica.

No sistema de cooperativa onde tudo o que se arrecada é dividido igualmente, é muito importante a busca de soluções para se cortar despesas e melhorar a produtividade, a exemplo do que ocorre em uma empresa ou instituição. A gama de resíduos retirados na Justiça ocupa parcela importante em relação ao total trabalhado pelos cooperados. Um ótimo exemplo de como ações, aparentemente simples, podem impactar a vida e o rendimento dos recicladores e tornar a parceria mais efetiva, se relaciona aos copos plásticos descartáveis.

A JFSP implantou recentemente uma campanha de substituição de copos plásticos por copos de vidro. A medida em que servidores e magistrados aderiram a ela e optaram pela mudança, os resíduos retirados também se transformaram. Na prática, isso resultou em uma ajuda significativa para a Cooperleste. “Antes tínhamos que separar os copos e gastávamos muito do nosso tempo com isso. Sem contar que eles ocupavam muito espaço para armazenar e no final não tinham um bom valor de revenda”, explica Nilzete. “Agora ganhamos produtividade quando trabalhamos nos resíduos da Justiça e isso é muito bom”, comemora.

## Soluções Sustentáveis

Várias são as ações implementadas pela Administração para a gestão socioambiental, entre elas: a aquisição de painéis fotovoltaicos; a capacitação de servidores para compras sustentáveis; a troca e revisão de equipamentos visando economia de água, energia e materiais de consumo; participação no mapeamento de programas e projetos de construção de indicadores sobre a atuação do Judiciário, a fim de alinhá-los aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Agenda 2030 da ONU.

A importância estratégica do tema dentro da JFSP fica clara com a criação da Seção de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social (SUSR), desde março de 2019. A nova seção possui as atribuições de buscar soluções sustentáveis para as atividades do órgão, promover ações relativas ao papel social da instituição, além de cumprir metas e promover a sensibilização dos servidores.

Os primeiros seis meses de atuação da SUSR começaram com visitas aos fóruns da capital para coletar dados e alinhar procedimentos sobre a gestão socioambiental. Foram iniciadas ações



As cooperadas Carla e Nilzete Silva na Cooperleste

como o minicurso online “O que são ODS”, além de oficinas sobre os temas: plano de gestão de resíduos para a Justiça Federal da 3ª Região e a criação de uma rede de sustentabilidade entre órgãos públicos e licitações sustentáveis. Paralelamente foi lançado o projeto “SustentaSubs” que está levando palestras às diversas áreas administrativas, visando à reflexão sobre os “5Rs da Sustentabilidade”.

Em junho, mês do meio ambiente, foram realizadas a campanha de substituição de copos plásticos por copos de vidro e a gincana “Lacre Amigo”, que arrecadou lacres de alumínio que serão revertidos na compra e doação de cadeira de rodas.

De acordo a SUSR, no segundo semestre já estão sendo desenvolvidas ações como a pesquisa sobre gestão de resíduos envolvendo todas as subseções

da SISP. “O objetivo é alinhar procedimentos levando em consideração a realidade de cada fórum”, explica a supervisora Aparecida Rangel Ramos.

Outro tema relevante se refere à construção colaborativa de conteúdos para campanhas de sensibilização, que está sendo realizado

por servidores através do curso online “Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis na Administração Pública”. O projeto “Campanhas e Gincanas” tem continuidade com o lançamento de novos eventos com viés socioambiental. Através de um cronograma, fóruns e subseções serão visitados com o objetivo de alinhar procedimentos e realizar ações de conscientização.

Destaca-se ainda o lançamento do Programa de Eficiência Energética que será dividido em dois eixos: autossuficiência energética e compras sustentáveis. O objetivo do programa é consolidar ações em andamento e contribuir para a criação de novos eventos relacionados ao tema. ■

### DICAS DE SEPARAÇÃO

Os resíduos da JFSP na capital são manuseados quando chegam à cooperativa. A Cooperleste considera os materiais doados como de boa qualidade, mas é possível melhorar:

- Não jogue guardanapos na lixeira de recicláveis ou dentro de copos plásticos;
- Separe os papéis brancos em caixas ou cestos próprios;
- Cápsulas de café, pilhas e baterias devem ser separados em recipientes distintos;
- Adote o dispenser para descartar copos plásticos usados pelo público externo.

A SUSR promoverá campanhas para melhorar os materiais coletados e conta com o apoio de todos os servidores nesse processo.

# NOVO CRACHÁ TRAZ MAIS SEGURANÇA E EFICIÊNCIA

Em julho deste ano, a Diretoria do Foro publicou uma portaria que definiu os procedimentos para emissão e uso do novo crachá na Seção Judiciária de São Paulo. Além de atender à Resolução nº 488/2018 do Conselho da Justiça Federal (CJF), que dispõe sobre a gestão da identidade visual da Justiça Federal em todo o país, o novo modelo de crachá, além de trazer mais segurança, será utilizado para liberar a impressão de documentos nas impressoras recentemente instaladas nos prédios da JFSP.

Jane Albuquerque Nascimento, diretora da Subsecretaria de Apoio Administrativo (UAPA), falou sobre essa nova funcionalidade. “Com o estudo para a contratação do serviço terceirizado de impressão e cópia, constatou-se que o crachá também poderia ser uma importante ferramenta para facilitar o controle e a utilização desses serviços, por meio da tecnologia ‘RFID’, que transmite dados que ficam gravados em um chip eletrônico”.

De acordo com a diretora da UAPA, o procedimento será bem simples: o usuário dará o comando de impressão de seu computador e em seguida deverá aproximar o crachá do leitor da impressora para que a tarefa seja concluída. Na primeira vez, o equipamento solicitará que o login e a senha da rede sejam digitados no painel. A partir dessa inserção, o sistema associará a informação automaticamente, bastando apenas aproximar o crachá.

Um dos principais objetivos desse recurso é evitar o desperdício. “Muitas vezes, as solicitações de impressão são enviadas concomitantemente para um mesmo equipamento e, no mo-

mento da retirada, alguns documentos não são localizados ou ficam embaralhados, gerando novas impressões desnecessárias. Além disso, com a ferramenta ‘siga-me’, o usuário poderá retirar sua impressão em qualquer um dos equipamentos de seu prédio”, explica Jane Nascimento.

Para auxiliar juízes e servidores, foi disponibilizado na intranet um tutorial com o passo a passo de como enviar, por meio do sistema E-GP, a fotografia e as informações pessoais para a confecção do novo crachá, cujo prazo foi até 6/9. A entrega será feita aos usuários de acordo com a ordem das solicitações.

## Segurança

Além de seguir o padrão nacional de identidade visual do CJF, ter maior durabilidade e valorizar a imagem dos servidores, o novo crachá também é importante para a segurança e controle de acesso aos edifícios da Justiça Federal.

“O uso do crachá possibilita a correta identificação de servidores, funcionários terceirizados e jurisdicionados, pois diferencia esses públicos. Se todos os servidores usarem o crachá corretamente, os agentes de segurança e vigilantes terceirizados poderão identificar visualmente as pessoas que são estranhas ao prédio, focando em uma observação mais detalhada”, afirma Rogério Fernandes Amaral, diretor do Núcleo de Segurança Institucional (NUSE).

Quando a utilização do crachá é negligenciada, aumenta a probabilidade de que problemas ocorram e os riscos são maiores. Esse é um dos motivos pelos quais o seu uso é obrigatório, confor-

me previsto em resoluções do Conselho Nacional de Justiça, do CJF e demais atos normativos do TRF3 e da Diretoria do Foro.

Rogério Amaral relata duas situações que exemplificam essa questão. Na primeira, um agente de segurança foi chamado para atender a uma ocorrência envolvendo um cidadão que estava no Fórum. Ao chegar ao local, demorou a identificar quem era o servidor e quem era o visitante que devia ser observado, já que o funcionário estava sem o crachá. Em outra ocasião, o agente de segurança foi chamado para conter um servidor que estava em situação de desequilíbrio e, ao chegar, também demorou a identificar quem era a pessoa. “Com o uso do crachá, a identificação visual seria imediata”, concluiu Rogério. ■



# POLO REGIONAL III

Nesta edição apresentamos o Polo Regional III, formado pelas Subseções de Americana, Araraquara, Barretos, Bragança Paulista, Campinas, Catanduva, Franca, Limeira, Piracicaba, Ribeirão Preto, São Carlos e São João da Boa Vista. Com uma população estimada em 4 milhões de pessoas sob sua jurisdição (veja box), o Polo III tem o juiz federal Valter Antoniassi Maccarone, da 4ª Vara Federal de Campinas/SP, como o representante das referidas subseções judiciárias nas reuniões do Conselho de Governança Participativa e Inovadora (CONGIP), que ocorrem regularmente na Diretoria do Foro.

“Os polos regionais são um canal de comunicação entre as subseções do interior e a Administração Central. Cada subseção possui características próprias e consequentemente possui demandas específicas. Através do CONGIP essas demandas são levadas ao conhecimento da administração, permitindo que ela realize seu planejamento de uma forma mais eficaz e assertiva, priorizando medidas que contribuam para melhoria da administração dos fóruns”, disse o juiz.

Apesar de cada subseção possuir uma realidade diferente, Valter Maccarone acredita que muitos problemas também podem ser similares. “Desta forma, o compartilhamento de experiências e o debate visando à solução das nossas dificuldades são pontos muito positivos. Destaco também que a participação de todos na discussão dos problemas permite um maior comprometimento com a execução das soluções apresentadas”.

Um exemplo de assunto amplamente debatido no CONGIP foi a transferência do Juizado Especial Federal de Campinas para o prédio onde funciona o Fórum Federal, que trará economia com os gastos de aluguel. “A ideia da unificação dos prédios decorreu exatamente das propostas sugeridas nas reuniões que tivemos. A economia a ser alcan-

çada será grande. A discussão do tema com todos os colegas interessados, com a apresentação dos estudos que fizemos foi fundamental no convencimento e para a solução alcançada em comum acordo”, disse o juiz. As obras já começaram e a mudança deve ocorrer em janeiro de 2020.

Juntos, os fóruns que integram o Polo Regional III somam 168.618 processos em tramitação, o que representa 19% das ações judiciais da Seção Judiciária de São Paulo. Segundo o magistrado, as demandas mais frequentes estão relacionadas à manutenção predial e informática. “Quanto à manutenção, podemos destacar a necessidade de pintura do prédio em Campinas, substituição de persianas e película protetora nas janelas. Já no tocante à informática, temos a necessidade de terminais de autoatendimento e a substituição dos computadores cuja garantia expirou”.

O CONGIP passou a funcionar oficialmente no ano de 2016, com a publicação da Portaria nº 23, assinada pelo juiz federal Paulo Cezar Neves Junior, diretor do Foro à época. Na prática, foi estabelecida uma aproximação da Administração Central com as subseções do interior e do litoral. Os representantes de cada polo ficam responsáveis por levantar, junto aos servidores e juizes das suas respectivas regiões, dados, necessidades, diagnósticos, além de destacar e compartilhar com os demais polos as boas práticas adotadas por eles.

Todas as solicitações são analisadas pelo Gabinete de Inovação e Gestão Integrada (GABIN), que delibera sobre a possibilidade de atendimento com base nas análises dos gestores da Administração e nas definições de metas e ações prioritárias. As subseções judiciárias também recebem o retorno do não atendimento de determinada solicitação através dos representantes dos polos de gestão.

Ao ser perguntado sobre o que poderia ser aprimorado nos trabalhos do CONGIP, Valter Maccarone afirmou: “o Conselho ainda é relativamente novo e tem fornecido instrumentos que nos permitem conhecer a realidade e identificar as necessidades, possibilitando a realização de um planejamento estratégico próprio. Ainda estamos aprendendo muito com esse processo, mas já podemos colher bons frutos”. ■

## AÇÕES JUDICIAIS:

	Processos Físicos	Processos Eletrônicos	Total
<b>Polo Regional III</b>	52.144	116.474	168.618 (19%)
<b>SJSP</b>	380.399	498.323	878.722 (100%)

## Polo Regional III

	Processos Físicos	Processos Eletrônicos	Total
Cível	5.547	27.716	33.263
Criminal	7.009	938	7.947
Fiscal/Tributário	34.644	64.618	99.262
Previdenciária	4.944	23.202	28.146
Juizados	0	71.391	71.391
<b>TOTAL</b>	<b>52.144</b>	<b>187.865</b>	<b>240.009</b>

## Seção Judiciária de São Paulo

	Processos Físicos	Processos Eletrônicos	Total
Cível	35.033	144.308	179.341
Criminal	29.247	4.206	33.453
Fiscal/Tributário	295.843	245.224	541.067
Previdenciária	20.276	104.585	124.861
Juizados	0	274.757	274.757
<b>TOTAL</b>	<b>380.399</b>	<b>773.080</b>	<b>1.153.479</b>

Fontes: Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE/TRF3 (setembro/2019)  
Núcleo de Apoio Judiciário - NUAJ/SJSP (setembro/2019)

## PERFIL REGIONAL:

	População (estimada 2019)	População (censo 2010)	Salário médio (2017)	IDH (2010)	Saneamento Básico (2010)
Americana	239.597	210.638	2,9 salários min.	0,811	98,8%
Araraquara	236.072	208.662	2,7 salários min.	0,815	98,5%
Barretos	122.098	112.101	2,5 salários min.	0,789	96,7%
Bragança Pla.	168.668	148.744	2,6 salários min.	0,776	87,1%
Campinas	1.204.073	1.080.113	3,8 salários min.	0,805	90,5%
Catanduva	121.862	112.820	2,6 salários min.	0,785	99,1%
Franca	353.187	318.640	2,2 salários min.	0,780	98,5%
Limeira	306.114	276.022	2,8 salários min.	0,775	97,2%
Piracicaba	404.142	384.571	3,3 salários min.	0,785	97,8%
Ribeirão Preto	703.293	604.682	2,9 salários min.	0,800	98,4%
São Carlos	251.983	221.950	3,2 salários min.	0,805	98,4%
S. J. Boa Vista	91.211	83.639	2,6 salários min.	0,797	96,5%
<b>TOTAL:</b>	<b>4.202.300</b>	<b>3.740.582</b>	<b>2,8 salários min</b>	<b>0,793</b>	<b>96,4%</b>

Fonte: IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sao-paulo>

# A MAGISTRATURA E A ARTE

**M**agistrados, servidores e visitantes que passam pela antessala da Diretoria do Foro, na sede Administrativa da JFSP, podem visualizar um belo quadro harmonizando o ambiente. O que poucos sabem é que a obra foi especialmente produzida para presentear a Administração. A autora é a juíza federal Alessandra de Medeiros Nogueira Reis, titular da 9ª Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que também se dedica à poesia e à produção de esculturas.

A entrega da aquarela aconteceu no mês de julho e foi recebida pelos juízes federais Luciana Ortiz Zanoni, diretora do Foro, e pelo vice-diretor do Foro (capital), Caio Moysés de Lima. “A pintura pode ser um instrumento para acrescentar cor e vida aos espaços públicos”, afirmou a juíza Alessandra Reis.

A magistrada atua na área jurídica desde os 19 anos de idade. Primeiramente como auxiliar judiciária, na Justiça Federal. Em seguida, como procuradora do Estado de São Paulo, na Procuradoria de Assistência Judiciária (PAJ) até retornar à JFSP, como juíza, em 1999.

Na infância, juntamente com suas irmãs, passava horas escrevendo e desenhando em blocos de folhas presenteados por uma tia. “Acho que foi aí o meu começo, o primeiro contato com a escrita e o desenho, eu gostava de fazer livros e estórias”, lembrou.

## Expressão multifacetada

Embora não tenha recebido uma educação artística formal, Alessandra Reis comemora o fato de ter conhecido ótimos mestres. Com a escultura, por exemplo,

teve contato na vida adulta, quando suas filhas pequenas foram matriculadas em uma escola de artes. A professora percebeu o envolvimento da mãe e o seu interesse pelas aulas. “Ao final, acabamos nós três juntas fazendo aulas”, explicou.

Já a pintura, é uma paixão bem mais recente. Aproveitando as suas férias,

O resultado dessa expressão é uma produção artística diversificada que inclui o romance “Para onde ir (Irene)”, publicado em 2016. “Com as esculturas, participei do concurso “Arte na Magistratura”, em 2009, em que fui vencedora. Também expus duas vezes na “Mostra de Artes Granja Viana”, onde ganhei um prê-



ela viaja para encontrar o marido, que trabalha nos Estados Unidos, e nesses períodos aproveita para fazer aulas de pintura com uma professora de nacionalidade búlgara.

Sobre o significado da arte em sua vida, Alessandra Reis avalia tratar-se de algo muito mais importante do que um hobby. “Já é parte de quem eu sou. Preciso da arte para me expressar e o mesmo acontece com a poesia”. A inspiração vem da observação das pessoas em suas atividades rotineiras, através de registros em anotações, esboços ou fotos que posteriormente são transformadas em poesia, pintura ou escultura.

mio do júri popular. Hoje tenho uma página de poesias no Facebook”, resumiu.

Segundo a juíza, muita gente possui uma imagem estereotipada sobre os magistrados, acreditando que são duros e sérios o tempo todo. “Não é uma regra geral, pelo contrário, quem escolhe o Direito segue uma carreira na área de humanas que possui muitos pontos em comum com as artes”, avaliou. “Todos nós, quando crianças, independentemente das futuras escolhas e profissões, desenhávamos e brincávamos com massinha. Nesse caminho, alguns pararam. A diferença é que eu nunca parei”. ■

# VÍCIO EM REDES SOCIAIS



Apesar de as redes sociais possibilitarem a interação das pessoas no ambiente virtual, estudos demonstram que o uso excessivo das mídias tem afetado a saúde mental de um número cada vez maior de indivíduos, os quais acabam desenvolvendo depressão, ansiedade e outros distúrbios emocionais. A maioria dos casos envolve adolescentes e jovens adultos que cresceram cercados por dispositivos eletrônicos e constantes evoluções tecnológicas.

Um estudo realizado pela Universidade de Chicago apontou que o vício em redes sociais pode ser maior que o vício em cigarros e em bebidas alcoólicas. Durante o experimento, cientistas pediram que os participantes respondessem a um questionário sobre seus maiores desejos. O resultado inicial indicou que sexo e dormir mais tempo eram as coisas mais requeridas.

Em seguida, os pesquisadores solicitaram que as mesmas pessoas utilizassem o celular, especialmente as redes sociais, sete vezes por dia durante algumas semanas. No final do estudo, os participantes responderam novamente ao mesmo questionário, que apontou como o maior desejo a necessidade de utilizar as redes sociais.

Entre os principais sintomas da

dependência digital estão a necessidade de manter-se conectado, independente do local ou situação; atualizar constantemente os perfis ao longo do dia; deixar de fazer atividades na vida real para acessar as plataformas; e apresentar mudança de comportamento ou humor após acessar as redes sociais.

Uma explicação para a dependência das redes sociais está relacionada ao efeito psicológico que elas causam. A



necessidade constante de aprovação, recebida por meio das plataformas, pode acabar aumentando a confiança das pessoas. Porém, caso a resposta não seja positiva ou, a simples ausência de manifestações, causará o efeito contrário.

Um estudo realizado pela Universidade americana de Utah Valley concluiu que as redes sociais fazem com que um indivíduo tenha a ilusão de que a vida dos outros é melhor ou mais per-

feita se comparada a sua própria vida. Os pesquisadores também notaram que, quanto mais tempo uma pessoa mantém-se conectada, maior é essa impressão.

Uma conclusão semelhante foi obtida por uma instituição de saúde pública no Reino Unido. Segundo a Royal Society for Public Health, que ranqueou as principais plataformas com maior influência no humor das pessoas, o Instagram aparece no topo da lista, seguido do Twitter, Facebook, Snapchat e YouTube, esse último apresentando resultados positivos para o bem-estar.

O mesmo relatório apontou que houve um aumento de 70% nos casos de depressão e ansiedade entre jovens de 14 e 24 anos, nos últimos 25 anos. Os cientistas relacionaram esses dados com o fato de que essa parcela da população é a que mais utiliza as redes sociais.

O tratamento para o comportamento compulsivo em relação às redes sociais depende de um diagnóstico feito por psicólogo. No entanto, ao contrário do vício em substâncias químicas, em que o paciente deve abster-se completamente, no caso da dependência virtual, a pessoa precisa aprender a controlar seus impulsos.

Existem medidas que podem ser adotadas para se evitar que o uso excessivo das redes sociais se transforme em um vício, tais como: diminuir as horas de acesso ou restringir o uso para momentos específicos; evitar utilizar o celular quando estiver reunido com outras pessoas; desativar notificações; e deixar o aparelho de lado ao realizar passeios e outras atividades recreativas. ■

# EVENTOS E CULTURA



## MUSICAL ESCOLA DO ROCK

Baseado no filme de mesmo nome lançado em 2003, Escola do Rock conta a história de Dewey Finn, um cantor fracassado que sonha em se tornar uma estrela do rock. As músicas foram criadas pelo compositor britânico Andrew Lloyd Webber, conhecido por escrever o musical “O Fantasma da Ópera”. Três elencos infantis se revezam para dar vida aos personagens mirins. A versão brasileira é dirigida por Daniel Rocha. De 15/8 a 15/12/19. Ingressos de R\$ 75 à R\$ 310 reais. Teatro Santander. Av Pres. Juscelino Kubitschek, 2041. 



## ESCAPE 60

Com quatro unidades na Grande São Paulo, a Escape 60' é uma franquia que propõem aos participantes o desafio de escapar em 60 minutos de salas temáticas. São ambientes que simulam castelos, prisões e até o interior de um submarino. Para isso, devem utilizar pistas espalhadas pelo local para decifram um enigma. Com temas variados para diferentes faixas etárias, é possível jogar com colegas de serviço e também realizar festas infantis no local. As reservas só podem ser feitas no site da empresa. R\$ 84. 



## ALMIR SATER

O Teatro Bradesco recebe de 22 a 24/11 três shows de Almir Sater, considerado um dos nomes mais importantes da música sertaneja. Clássicos como “Tocando em Frente” e “Trem do Pantanal” serão apresentados juntamente com sucesso atuais do cantor. Teatro Bradesco, Rua Palestra Itália, nº 500. Bourbon Shopping, Loja 263- São Paulo. Ingressos de R\$ 60 a R\$ 180. 



## SP HAUNTED TOUR

O SP Haunted Tour é um passeio feito de ônibus pelos pontos considerados sobrenaturais em São Paulo. A atração, que ocorre sempre na quarta semana do mês, conta com dois itinerários noturnos: O primeiro sai às 19h e o segundo às 22h da Rua Mato Grosso, no Bairro Higienópolis. Entre os pontos visitados estão locais marcados por tragédias como o Castelo da Rua Apa e o Edifício Joelma, e lugares com fama de serem assombrados. Os ingressos podem ser adquiridos no site da empresa. 



## O VENDEDOR DE SONHOS

Baseado no best-seller do escritor Augusto Cury, traduzido para mais de 60 idiomas, a versão teatral narra a história do personagem Júlio César que tenta cometer suicídio, mas é impedido por um mendigo. Juntamente com um bêbado chamado Bartolomeu, o trio decide unir-se na missão de vender sonhos para uma sociedade corrompida que não sabe aproveitar a vida. Dia 13/11 às 21h. Teatro Bradesco, Bourbon Shopping, Loja 263 - São Paulo. Ingressos entre R\$ 100 e R\$ 160. 

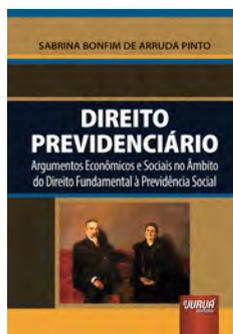
 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

## LIVROS E FILMES

**DESPERTE O LÍDER QUE HÁ EM VOCÊ**

**Assunto:** administração  
**Autor:** : Maria Helena de Melo

O livro mostra que a liderança pode ser desenvolvida e não é necessariamente um talento natural, como muitos pensam. A autora utiliza teorias científicas, filosóficas e ferramentas de desenvolvimento pessoal para abordar o assunto no serviço público. Ela também aborda como a liderança pode ser baseada na felicidade, na humanidade, empatia e forças de virtudes, ensinando como liderar o capital humano de forma eficiente. A autora: Analista Judiciária da Justiça Federal de São Paulo, com Licenciatura Plena em Pedagogia, Pós-graduação em Língua Portuguesa, Pós-graduada em Filosofia Clínica e Psicologia Positiva, graduanda de Filosofia. Master Coach com formações em Linguagem Eriksoniana.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO - ARGUMENTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS NO ÂMBITO DO DIREITO FUNDAMENTAL À PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Assunto:** jurídico  
**Autora:** Sabrina Bonfim de Arruda Pinto

No atual contexto social, a crise financeira nos sistemas do seguro social ao redor do mundo vem promovendo repercussões consideráveis nas atividades executiva, legislativa e judicial do Poder Público, cujos projetos refletem a recorrente colisão entre argumentos econômicos e sociais no âmbito do direito previdenciário. Diante de tal quadro, resta evidente a importância da perquirição dos limites e da legitimidade da atividade estatal a ser empreendida neste ramo da Seguridade Social, considerando-se, para tanto, os valores inseridos no texto constitucional e a realidade do atual regime econômico, o que constituirá o cerne da discussão da obra. A autora: Mestre em Direito Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás. Juíza Federal e Professora de Direito Previdenciário.

## CINEMA



**DOUTOR SONO**  
**Data de lançamento:**  
**07 de novembro de 2019**  
**Direção:** Mike Flanagan  
**Elenco:** Ewan McGregor, Rebecca Ferguson, Cliff Curtis  
**Gêneros:** Suspense, Fantasia  
**Nacionalidade:** EUA

Na infância, Danny Torrance conseguiu sobreviver a uma tentativa de homicídio por parte do pai, um escritor perturbado por espíritos malignos. Danny cresceu, agora ele é um adulto traumatizado e alcoólatra. Sem residência fixa, ele se estabelece em uma pequena cidade, onde consegue um emprego no hospício local e cria um vínculo telepático com uma menina, paciente da instituição.

## HOME VÍDEO



**CLIMAX**  
**Data de lançamento:**  
**31 de janeiro de 2019**  
**Direção:** Gaspar Noé  
**Elenco:** Sofia Boutella, Romain Guillermic, Souheila Yacoub  
**Gêneros:** Drama, Suspense  
**Nacionalidade:** França

Nos anos 90, um grupo de dançarinos urbanos se reúne em um isolado internato, localizado no coração de uma floresta, para um importante ensaio. Ao fazerem uma última festa de comemoração, eles notam a atmosfera mudando e percebem que foram drogados quando uma estranha loucura toma conta deles. Sem saberem o porquê ou por quem, os jovens mergulham num turbilhão de paranoia e psicose. Enquanto para uns, parece o paraíso, para outros parece uma descida ao inferno.



# WEB RÁDIO EM TEMPO

**MÚSICA E INFORMAÇÃO**

**ACESSE**

[intranet.jfsp.jus.br/webradio/](http://intranet.jfsp.jus.br/webradio/)